

# Monitor Político

21 de junho de 2022

**macro & estratégia**

BTG Pactual S.A.

Álvaro Frasson

Arthur Mota

Leonardo Paiva

Luiza Paparounis

# Sumário

1. <u>Pautas da semana</u> .....	3
2. <u>Contexto Político</u> .....	4
3. <u>Pesquisa e principais eventos eleitorais de 2022</u> .....	5
4. <u>Propostas Econômicas na pauta do Congresso</u> .....	12
5. <u>Processo de tramitação</u> .....	13

# Pautas da semana

## Projetos sobre Combustíveis

- Na última semana, a Câmara aprovou o texto vindo do Senado que classifica combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes como bens essenciais, o que impõe limite de 17% para a alíquota de ICMS. Por sua vez, os deputados rejeitaram duas emendas aprovadas pelos senadores.
- O projeto agora vai para a sanção presidencial, que pode ocorrer esta semana.
- Além disso, pode ser pautada a PEC dos Biocombustíveis e a PEC dos Combustíveis. Para a análise completa: [Projetos para redução dos preços dos combustíveis e suas implicações](#)

## Reajuste Servidores Públicos.

- Na última semana, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que os servidores federais não terão reajuste salarial em 2022. A expectativa era por um acordo de reajuste linear de 5% para todo o funcionalismo público, porém o valor que estaria reservado para este fim na LOA precisará ser realocado para o atendimento de despesas emergenciais.
- O executivo estuda dar o reajuste a partir do aumento do auxílio alimentação neste ano, além de incluir na LOA de 2023 o reajuste e a reestruturação de carreira.
- Os servidores do Banco Central sinalizaram que pretendem manter a paralisação por tempo indeterminado. Outros sindicatos ligados aos trabalhadores do serviço público podem seguir na mesma direção.

## 14º Salários para aposentados e pensionistas

- A Comissão de Constituição e Justiça pode analisar nesta semana um projeto de lei que distribui um 14º salário para aposentados e pensionista do INSS. Segundo o parecer do relator, a limitação do benefício deve ser àqueles que recebem um salário mínimo.
- O impacto fiscal total da proposta seria de R\$ 50 bilhões, segundo estimativas.

## Outras Temáticas

- O ex-presidente Lula e seu candidato a vice, Geraldo Alckmin, devem lançar na 3ªF as diretrizes do programa de governo da chapa.
- Nesta semana, serão divulgadas três pesquisas para presidente da República: PoderData, Exame/Ideia e Datafolha.

# Contexto Político

## Projetos para redução dos preços dos combustíveis e suas implicações

A pauta do Congresso Nacional nas últimas semanas ficou focada em projetos que buscam reduzir os preços dos combustíveis em meio a uma inflação novamente elevada na visão anual.

A Câmara dos Deputados aprovou o PLP nº 18/22 que limita a alíquota de ICMS que incide sobre combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transportes, rejeitando algumas emendas que foram anexadas pelos senadores. A principal mudança foi a rejeição do gatilho de compensação pela perda de arrecadação de cada bem e serviço essencial, mas houve a manutenção do gatilho na perda da arrecadação geral, conforme já havia sido aprovado pela Câmara antes do envio aos senadores. O presidente Jair Bolsonaro deve sancionar o projeto nesta semana.

Como ponto de atenção, destacamos que os Estados podem buscar a judicialização do projeto junto ao STF, mas nosso entendimento é de que a pauta entre em vigor. Além disso, outros projetos estão na pauta do Congresso para contribuir com o alívio nos preços, como a PEC dos Biocombustíveis e a PEC dos Combustíveis. A PEC dos Biocombustíveis, que pretende estimular a competitividade dos biocombustíveis em relação ao diesel e à gasolina foi aprovada na CCJ da Câmara nesta 2ªF e agora deve ser pautada no plenário. A PEC dos Combustíveis, que propõe um auxílio financeiro da União para os estados que optarem por zerar a alíquota do ICMS sobre o óleo diesel e o gás liquefeito de petróleo (GLP), inclusive o derivado de gás natural pode ser deliberada no plenário do Senado.

Somado a este cenário, o reajuste promovido pela Petrobras na última 6ªF nos preços de venda da gasolina e do diesel adicionou ruídos ao mercado local, especialmente para a frente política. Após o anúncio, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), reuniu líderes dos partidos nesta 2ªF para analisar a política de preços da Petrobras, além de debater alternativas para os preços dos combustíveis que impactam o poder de compra. Vale ressaltar que o recente movimento da Petrobras e o possível impacto da inflação nas decisões políticas tem levado a uma deterioração das expectativas para as contas públicas e, conseqüentemente, contribuindo para o recuo nos preços dos ativos locais.

# Eleições 2022, Presidente – FSB Pesquisa

## Metodologia

Realizada pelo Instituto FSB Pesquisa, por telefone (via CATI), entre os dias 10 e 12 de junho de 2022. Foram entrevistados **2.000 eleitores**. A margem de erro é de 2% e intervalo de confiança de 95%.

- Registro no TSE: BR-03958/2022.
- Estatístico responsável: Naele El-Dash, Conre 8656-A.
- Devido ao arredondamento, a soma dos percentuais pode variar de 99% a 101%.

## Perfil da Amostra de Entrevistados

<b>Sexo</b>	Feminino	52%
	Masculino	48%
<b>Idade</b>	16 a 24 anos	18%
	25 a 40 anos	33%
	41 a 59 anos	31%
	60 anos ou mais	19%
<b>Escolaridade</b>	Ensino Fundamental	39%
	Ensino Médio	40%
	Ensino Superior	22%
<b>Religião</b>	Católicos	53%
	Evangélicos	27%
	Outras religiões	9%
	Sem religião	11%
<b>Renda familiar</b>	Até 1 S.M.	22%
	De 1 até 2 S.M.	21%
	De 2 até 5 S.M.	39%
	Mais de 5 SM	17%
<b>PEA</b>	PEA	64%
	NÃO PEA	36%
<b>Região</b>	Norte/Centro-Oeste	16%
	Nordeste	26%
	Sudeste	43%
	Sul	15%
<b>Condição do Município</b>	Capital	25%
	Interior-Grande	28%
	Interior-Médio	20%
	Interior-Pequeno	17%
	RM	9%

# Pesquisa de opinião FSB: *highlights*

**Lula oscila dentro da margem de erro, 2pp para baixo. Bolsonaro fica estável.**

A despeito de um alívio marginal na percepção do eleitor sobre a inflação nos próximos 3 meses, o cenário eleitoral ficou praticamente estável em relação à última pesquisa. Simone Tebet tem dificuldade de avançar.

- Espontâneo 1º turno
  - Lula: de 41% para 40%.
  - Bolsonaro: sem alteração, em 29%.
  - Ciro Gomes: sem alteração, em 3%.
  - Não voto e Indecisos: de 22 para 27%.
- Estimulado 1º turno
  - Lula: de 46% para 44%.
  - Bolsonaro: sem alteração, em 32%.
  - Ciro Gomes: sem alteração, em 9%.
  - Não voto e Indecisos: de 8% para 9%.

**Lula aumenta rejeição em 1 p.p. Bolsonaro fica estável, mas segue como o candidato com maior rejeição.**

O candidato à presidência Lula aumentou sua rejeição em 1 p.p., de 43% para 44%, enquanto o presidente Jair Bolsonaro permaneceu em 59%. Lula é o terceiro com maior rejeição, ficando atrás de Jair Bolsonaro e de Ciro Gomes.

**As expectativas para a inflação para os próximos três meses mostraram leve melhora.**

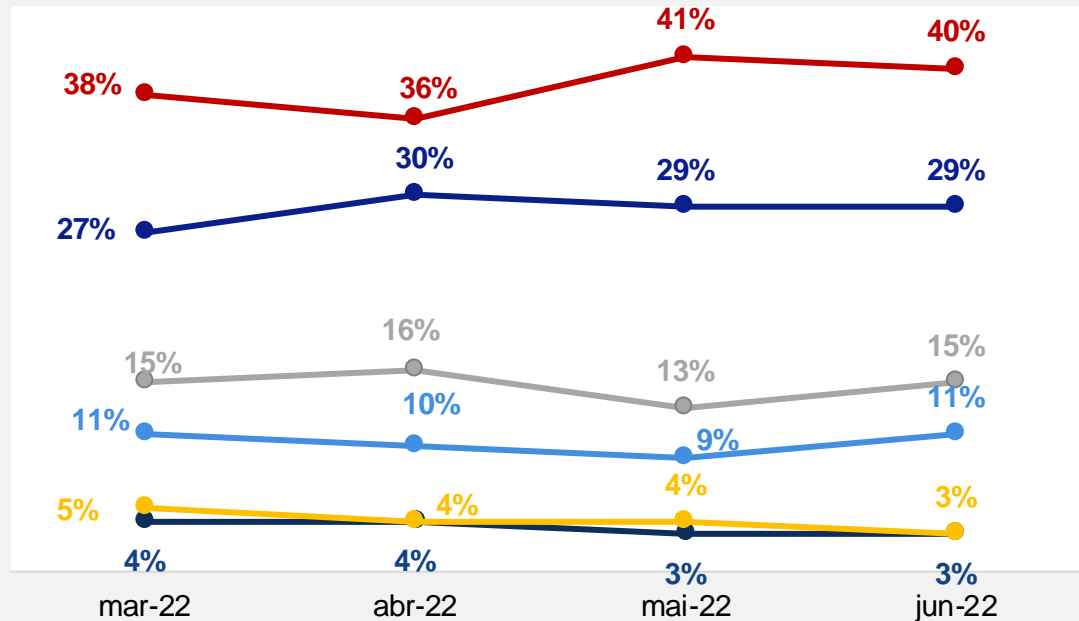
A discussão de projetos para reduzir a inflação de combustíveis tem contribuído positivamente com o sentimento dos preços em 2022, reduzindo de 70% para 63% em 15 dias as pessoas que acreditam que a inflação vai aumentar muito/aumentar um pouco. Além disso, em uma coleta mais específica, os entrevistados afirmaram que o que eles mais reduziram consumo devido à inflação foi alimentação fora de casa, seguido de comprar roupas e o consumo de carne vermelha.

# Pesquisa de opinião FSB: 1º turno

Pesquisa sobre as eleições de 2022 para presidente realizada pela fsbpesquisa entre os dias 10 e 12 de junho.

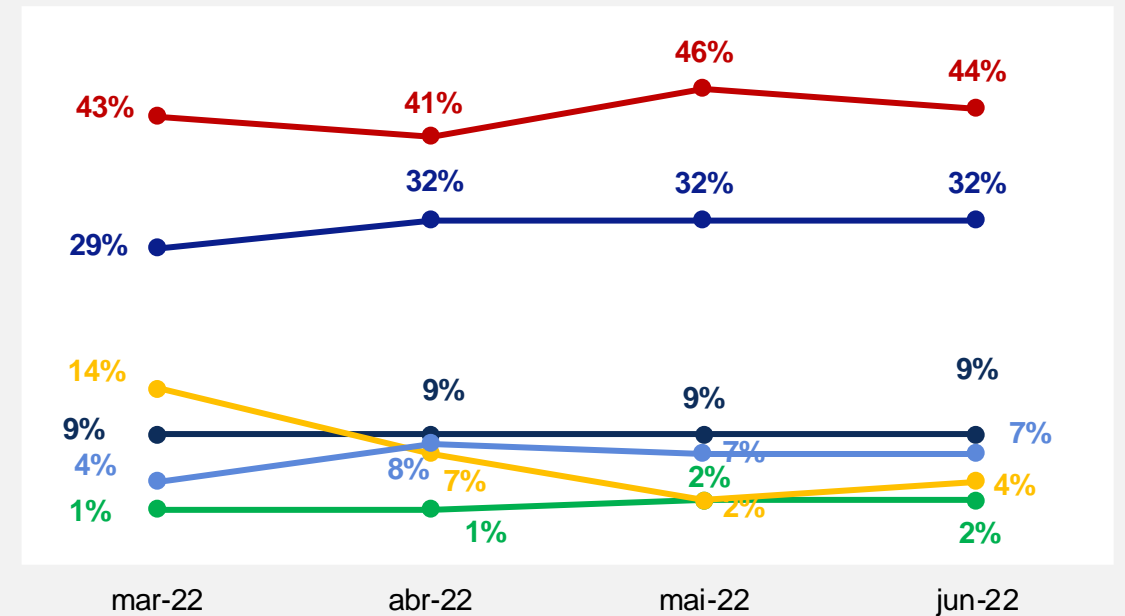
Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Espontânea)

— Lula — Bolsonaro — Ciro Gomes — Outros — Não voto — Indecisos



Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Estimulada)

— Lula — Bolsonaro — Ciro Gomes — Simone Tebet — Outros — Não voto

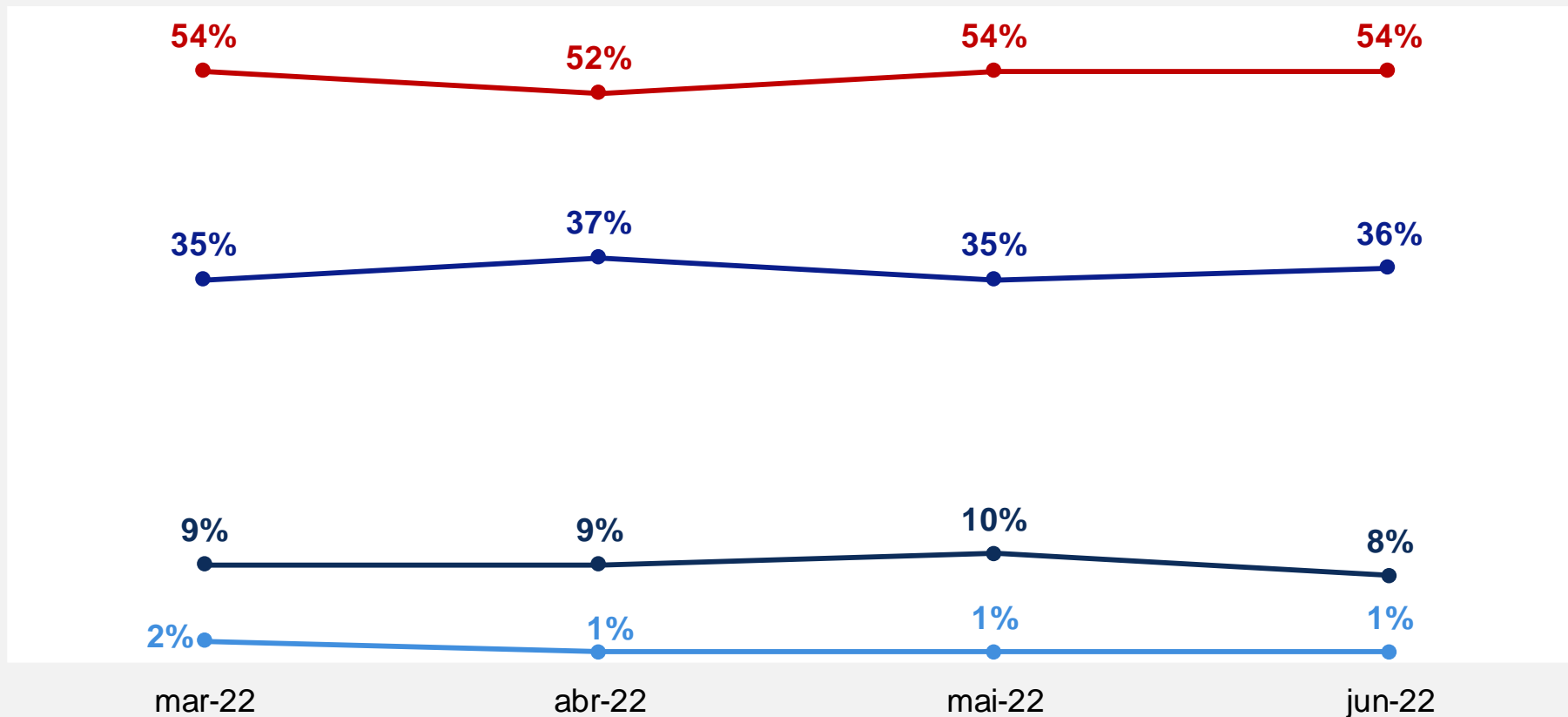


# Pesquisa de opinião FSB: 2º turno

Pesquisa sobre as eleições de 2022 para presidente realizada pela fsbpesquisa entre os dias 10 e 12 de junho.

Se as eleições fossem hoje, em quem você votaria para Presidente da República? (Estimulada)

—●— Lula —●— Bolsonaro —●— Não voto —●— Indecisos

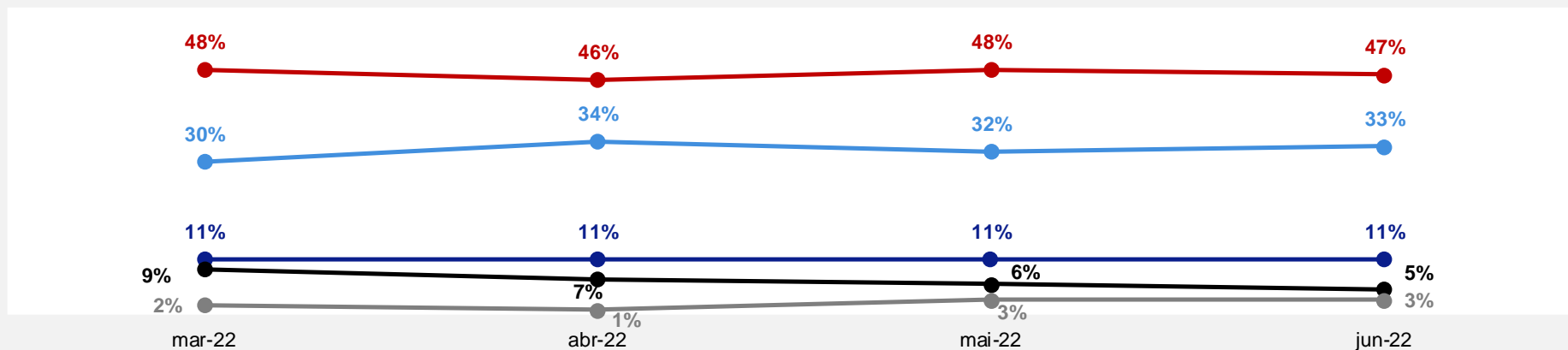
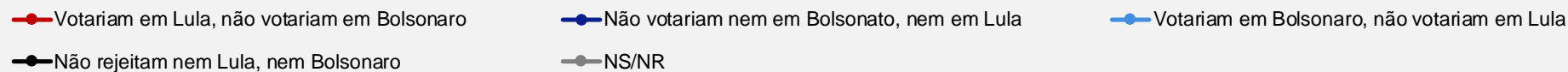
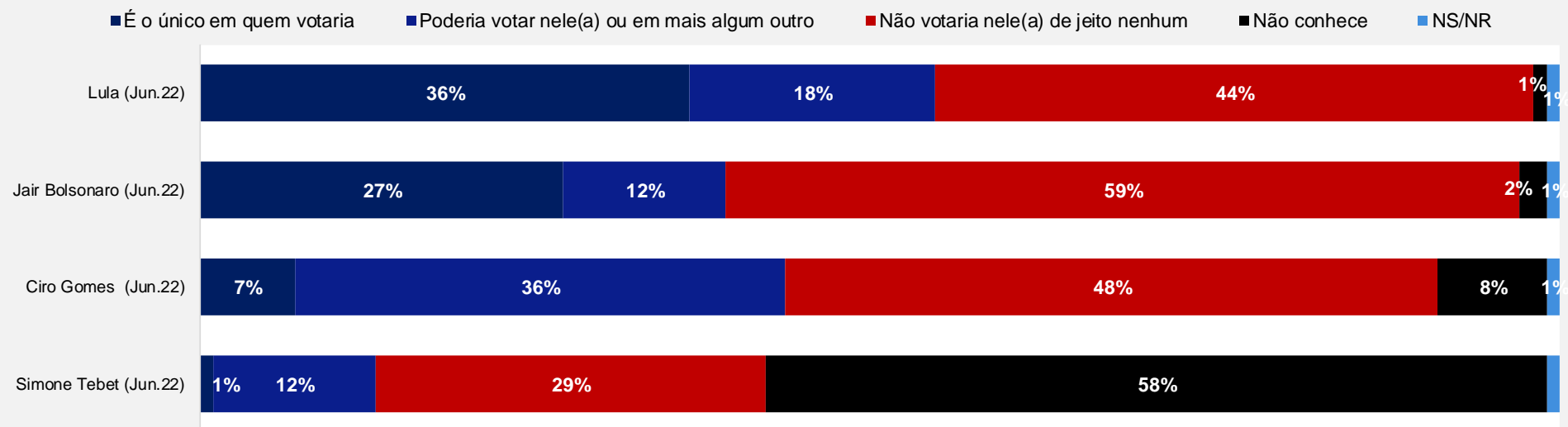




# Pesquisa de opinião FSB: perfil do eleitor

		Lula	Jair Bolsonaro	Ciro Gomes	Simone Tebet	Outros	Nenhum	Branco/ Nulo	NS/NR
Sexo	Total	44%	32%	9%	2%	4%	5%	2%	2%
	Feminino	46%	27%	10%	3%	5%	6%	1%	2%
	Masculino	42%	37%	8%	2%	3%	4%	3%	1%
Idade	16 a 24 anos	42%	35%	10%	1%	6%	4%	2%	0%
	25 a 40 anos	42%	36%	9%	1%	5%	3%	2%	2%
	41 a 59 anos	47%	28%	10%	4%	3%	5%	0%	3%
	60 anos ou mais	44%	29%	8%	4%	2%	8%	3%	2%
Escolaridade	Ensino Fundamental	52%	28%	7%	2%	2%	4%	2%	3%
	Ensino Médio	38%	35%	10%	2%	5%	7%	2%	1%
	Ensino Superior	39%	34%	12%	5%	5%	3%	1%	1%
Religião	Católicos	49%	27%	10%	3%	4%	4%	2%	1%
	Evangélicos	36%	44%	6%	1%	4%	6%	1%	2%
	Outras religiões	36%	32%	12%	3%	6%	9%	1%	1%
	Sem religião	43%	22%	13%	3%	4%	5%	5%	5%
Renda Familiar	Até 1 S.M.	62%	18%	4%	0%	5%	8%	2%	1%
	De 1 até 2 S.M.	55%	20%	14%	1%	2%	5%	1%	2%
	De 2 até 5 S.M.	34%	40%	10%	4%	4%	4%	3%	1%
	Mais de 5 S.M.	30%	48%	10%	5%	1%	4%	1%	1%
Região	Norte/Centro-Oeste	39%	38%	10%	2%	5%	4%	0%	2%
	Nordeste	59%	19%	10%	0%	3%	4%	3%	2%
	Sudeste	39%	35%	9%	3%	6%	5%	1%	2%
	Sul	35%	43%	7%	4%	1%	6%	3%	1%

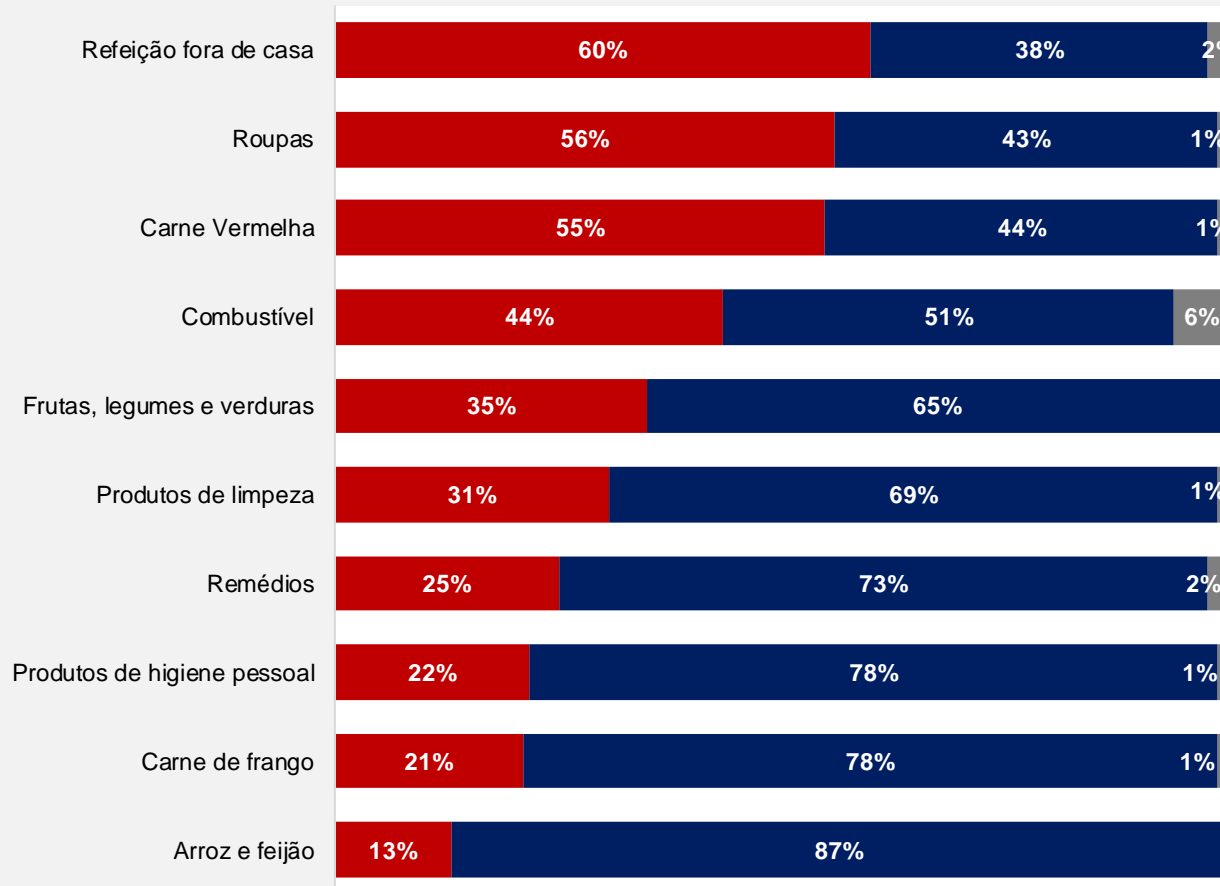
# Pesquisa de opinião FSB: rejeição



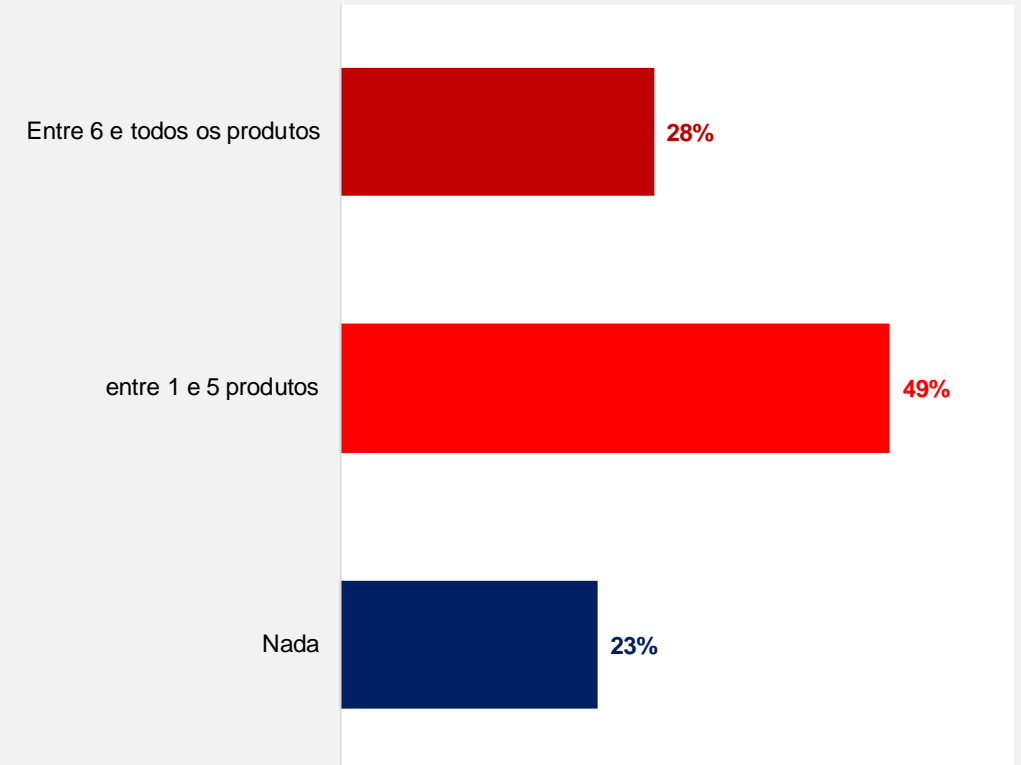
# Pesquisa de opinião FSB: contexto econômico

Deixou de consumir produtos por conta da inflação

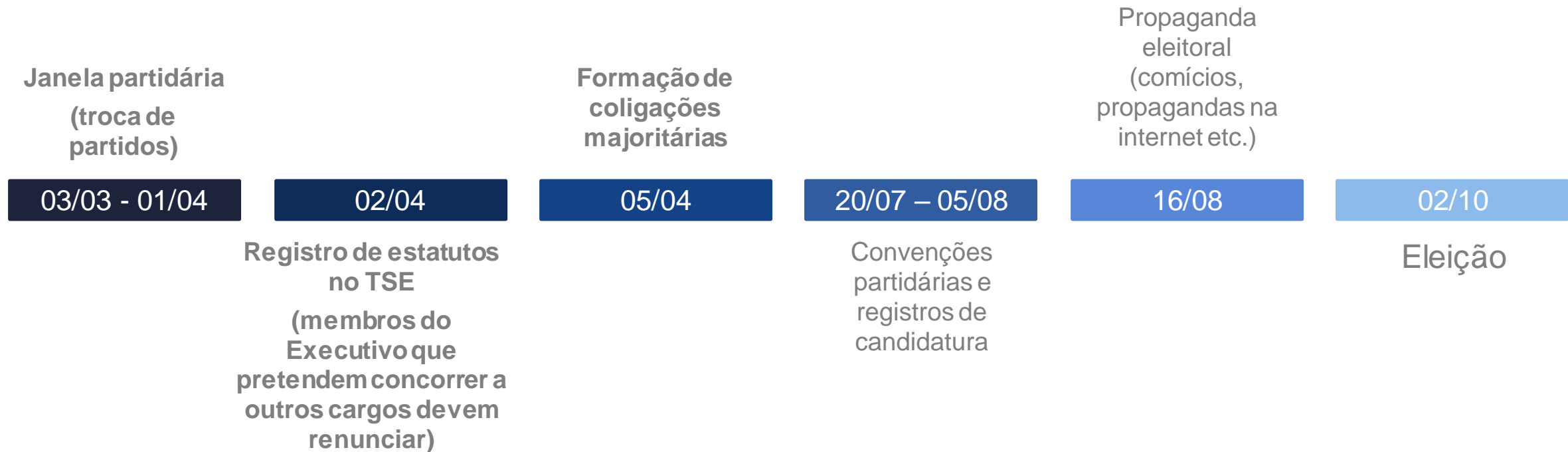
■ Sim ■ Não ■ NS/NR



Cruzamento: Deixou de consumir produtos por conta da inflação



# Principais eventos eleitorais de 2022



# Propostas Econômicas na pauta do Congresso

Medida	Comentário	Início da tramitação	Estágio Atual
<b>Piso salarial para enfermeiros (PL 2.564/21)</b>	Estabelece um piso nacional de R\$4.750,00 para os salários de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiros. Entretanto, o projeto não especificou qual será a fonte de custeio para o gasto extra gerado pela proposta.	Senado	Aguarda sanção
<b>Reajuste das Tarifas de Energia Elétrica (PLD 94/22)</b>	Projeto busca sustar os efeitos da resolução homologatória nº 3.026 de 19 de abril de 2022 da Aneel que permitiu ajuste de tarifas no Ceará. Os deputados também pretendem sustar quaisquer outros ajustes de tarifas direcionados aos demais estados da federação.	Câmara	Aguarda votação no plenário
<b>Marco de Garantias (PL 4.188/21)</b>	O projeto busca criar um marco legal para o uso de garantias como forma de obter crédito. O texto permite, por exemplo, usar um imóvel como forma de garantia em operações de financiamento. Esta forma de garantia ficará a cargo de instituições gestoras de garantias (IGGs), pessoas jurídicas de direito privado cuja autorização para funcionamento dependerá do Comitê Monetário Nacional. As IGGs não deverão realizar atividades costumeiras de instituições financeiras exceto serem responsáveis pela execução da dívida em caso de inadimplência.	Senado	Aguarda sanção presidencial
<b>Vedação de encargos sem previsão orçamentária (PEC 122/15)</b>	Proíbe a criação ou aumento de despesa que não conste na lei orçamentária anual enviada pelo Poder Executivo. Além disso, acrescenta os parágrafos 6º e 7º ao artigo 167 da Constituição para proibir a imposição e transferência de encargos financeiros oriundos da prestação de serviços para União ou entes subnacionais.	Senado	Aguarda promulgação
<b>Auxílio Brasil permanente (MP 1.076/21)</b>	Busca tornar permanente o valor de R\$400 do Auxílio Brasil. Anteriormente, este valor era previsto apenas para o ano de 2022.	Câmara	Aguarda sanção presidencial
<b>Fim do Reiq (MP 1.095/21)</b>	Prevê o fim do Regime Especial da Indústria Química (Reiq), que incluía tributação especial sobre a contribuição PIS/PASEP, Cofins, PIS/PASEP Importação e Cofins-Importação.	Câmara	Aguarda votação no plenário
<b>Reforma Tributária do Senado (PEC 110/19)</b>	Propõe: (i) criação de um IVA dual (IBS): um Federal, substituindo 5 impostos (PIS/Cofins, Salário-Educação, IPI e Cide), e um estadual e municipal, substituindo 2 impostos (ICMS e ISS); (ii) transição de 5 anos para contribuintes e transição de 15 anos para os entes subnacionais; (iii) criação de imposto seletivo (IS) sobre álcool, bebidas, cigarros, combustíveis e outros; (iv) manutenção dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (outros benefícios fiscais exigirão legislação complementar).	Senado	Aguarda novo parecer

# Propostas Econômicas na pauta do Congresso

Medida	Comentário	Início da tramitação	Estágio Atual
<b>Reforma Tributária do governo (PL 3.887/20 e PL 2.337/21)</b>	A primeira fase da proposta do governo unifica dois impostos federais sobre consumo (PIS e Cofins) em um único imposto federal de valor agregado (IVA), chamado Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), acabando, assim, com os tributos diferenciados para vários setores e diversos regimes especiais. A alíquota proposta é de 12% para empresas e de 5,9% para entidades financeiras (bancos, planos de saúde e seguradoras). Entra em vigor 6 meses após a publicação da lei. Já a segunda fase da proposta busca alterar aspectos do IRPF e IRPJ, bem como criar a tributação sobre lucros e dividendos. Dentre as medidas propostas pelo PL, é válido citar: (i) ampliação da renda máxima isenta de R\$1903,98 para R\$2500, isentando 5,6 milhões de declarantes; (ii) queda gradual da alíquota do IRPJ, de 15% para 12,5% para 2022 e 10% em 2023, com a permanência do adicional de 10% para lucros acima de R\$20mil por mês; (iii) fim da dedução da JCP (Juros sobre Capital Próprio); e (iv) instituição da tributação em 20% sobre lucros e dividendos, mantendo isenção de até R\$20 mil por mês para microempresas e empresas de pequeno porte.	Câmara	Aguarda votação na CAE do Senado (PL 2337/21) e votação pela Câmara (PL 3887/20)
<b>Reforma Administrativa (PEC 32/20)</b>	A proposta altera princípios mais gerais do serviço público. O texto propõe uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público, mas que serão válidas apenas para os futuros servidores do Poder Executivo federal, ou seja, não afeta os atuais servidores nem os profissionais do Legislativo e Judiciário. Dentre as diversas medidas previstas na primeira fase da reforma administrativa enviada pelo governo, destacam-se: (i) quatro tipos de contratação: cargo típico de estado, cargo por prazo indeterminado, vínculo por prazo determinado e cargo de liderança e assessoramento. O cargo típico de estado será o único com estabilidade após um período mínimo de 2 anos no cargo; (ii) possibilidade de demissão após decisão de tribunal colegiado ( <i>versus</i> após decisão transitada em julgado atualmente); e (iii) extinção de benefícios como licença-prêmio, férias superiores a 30 dias, aposentadoria compulsória como punição e redução de jornada sem redução de remuneração.	Câmara	Aguardando a votação no Plenário da Câmara
<b>Reajuste de medicamentos (PL 939/21)</b>	O projeto de lei visa a suspensão do reajuste de preços de medicamentos este ano, tanto para preços de fabricantes quanto para o consumidor. O PL não inclui os planos de saúde (por pressão do setor de saúde complementar), além de garantir que reajustes já concedidos se tornem ineficazes.	Senado	Aguarda parecer do relator na Câmara
<b>Privatização dos Correios (PL 591/21)</b>	Prevê a possibilidade de exploração dos serviços postais por um único comprador, que irá deter, por 5 anos, a exclusividade sobre serviços postais. O novo operador privado deverá praticar modicidade de preços, cumprir metas de universalização e de qualidade definidos pela política postal brasileira.	Câmara	Aguarda votação na CAE do Senado

# Processo de tramitação: principais normas legislativas

	Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	Lei Complementar (PLC)	Lei Ordinária (PLO)	Medida Provisória (MP)
<b>Votos necessários para aprovação</b>	<b>3/5</b> (308 deputados federais e 49 senadores)	<b>Maioria Absoluta</b> (257 deputados federais e 41 senadores)	<b>Maioria Simples</b> (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)	<b>Maioria Simples</b> (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)
<b>Tramitação</b>	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⇓ Comissão Especial (CE) ⇓ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⇓ 2 turnos no Senado ⇓ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⇓ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⇓ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) <sup>1</sup> ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva <sup>2</sup> ) ⇓ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) <sup>3</sup> ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial	Comissão Mista ⇓ 1 turno na Câmara dos Deputados ⇓ 1 turno no Senado ⇓ Sanção (ou veto) presidencial

1 Se rejeitada, um terço dos deputados poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

2 Significa que a proposta não precisará ser votada em Plenário.

3 Se rejeitada, um terço dos senadores poderá pedir apreciação preliminar pelo Plenário.

## Disclaimer

Este relatório foi preparado pelo Banco BTG Pactual S.A (“BTG Pactual S.A.”) para distribuição somente no Brasil, sob circunstâncias permitidas pela regulamentação vigente. O BTG Pactual S.A. é o responsável pela distribuição deste relatório no Brasil. Nada neste relatório constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas às circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal.

Este relatório possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura

Link: <https://www.btgpactualdigital.com/analises/disclaimer-macro>

## Macro & Estratégia

economia@btgpactual.com

Álvaro Frasson

alvaro.frasson@btgpactual.com

Arthur Mota

arthur.mota@btgpactual.com

Leonardo Paiva

leonardo.paiva@btgpactual.com

Luiza Paparounis

luiza.paparounis@btgpactual.com



